

**O Redactor do Livro de Rasis
ou Crónica do Mouro Rasis**
– subsídios para sua identificação –

I. Introdução

Não se conhece muito acerca da pessoa, do homem, identificado como Gil Peres, que terá redigido a versão final do *Livro de Rasis*¹, obra que acabou por se tornar mais conhecida através da designação de origem castelhana, de *Crónica do Mouro Rasis*².

Tentaremos pois, com este estudo trazer mais alguma luz sobre esse indivíduo, e a sua acção / função junto do 2º Senhor de Portel, Pêro Eanes³.

Para além da onomástica já atrás referida, o que dele sabemos, é o que consta em alguns elementos informativos que André de Resende nos deixou, que iremos analisar mais adiante, e que têm definido a identidade e a qualidade daquele letrado medieval. Vamos pois procurar confirmar se se trataria

¹ Sobre esta obra, na sua versão original portuguesa e na sua tradução castelhana, esta conhecida como *Crónica del Moro Rasis*, v. sobre a sua titulação: no testemunho português mais antigo da *CMR*, o de André de Resende, encontramos para referir a obra, a expressão latina '*librum Rases*', '*liber Rasae*' (*Crónica Geral de Espanha de 1344*, ed. Luís Filipe Lindley Cintra, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1951ss, p. CDLXVIII-CDLXXIX; *Crónica del Moro Rasis*, ed. pluritextual castelhana de Diego Catalán e Maria Soledad de Andres, Madrid, Gredos, 1975, p.3, n.; C.Michaëlis, "André de Resende e a *CMR*", *O Archeologo Português* XXIV (1920), pp. 177-193, p.182), enquanto em português surge 'liuro' (*C1344*, ed.Cintra, p.CDLXVIII; *CMR*, ed. Catalán e Andres, *ibid.*). No ms. castelhano *Ca* encontramos a palavra 'libro' (Catalán e Andres, *CMR*, p.10), que também aparece no ms. usado por Gayangos, ("Memoria...", p. 34), enquanto nos dois outros testemunhos castelhanos (*Mo* e *Es*) se referencia a palavra 'coronica' (Catalán e Andres, *CMR*, p.4). Assim, somos levados a pensar que a tradução original de Gil Peres e Muhammad Alarife, teria em 'Livro' o seu provável título, tal como surge no testemunho árabe (séc.XII-XIII), e que a designação 'Crónica' lhe teria sido atribuída mais tarde, talvez a partir das cópias castelhanas. C.Michaëlis na *ob. cit.*, usou profusamente a designação: *Livro de Rasis*. A autora preferiu-a claramente à expressão '*Crónica do Mouro Rasis*', pois enquanto apenas a utilizou no título do seu trabalho, no texto só duas vezes falou em 'Crónica de Rasis', a expressão '*Livro de Rasis*' aparece dezassete vezes (!), e só a palavra '*Livro*' mais três vezes. Talvez a tenha adoptado a partir da transcrição do latim de Resende (cf. *supra*). Também José Leite de Vasconcelos hesitou entre '*Livro, Geografia ou Crónica do Mouro Rasis*' ao identificar um excerto da parte geográfica da *C1344* que ele incluiu nos seus *Textos Arcaicos*, 5ª.ed., Lisboa, Liv. Clássica Editora, 1970, p. 54. V. ainda no relativo a diferentes problemáticas: CINTRÁ, *ob.cit.*, em especial o vol.I; CATALÁN e ANDRES, *ob.cit.*, Introdução à edição; e ainda António REI, *Memória de Espaços e Espaços de Memória. De Al-Razi a D. Pedro de Barcelos*, Lisboa, Colibri, 2008, *passim*; e IDEM, *O Louvor da Hispânia na Cultura Letrada Peninsular Medieval. Das suas origens discursivas ao Apartado Geográfico da Crónica de 1344*, Dissertação de Doutoramento, FCSH-UNL, 2007, *polycop.*, *passim*.

² *Crónica del Moro Rasis*, ed. pluritextual castelhana de Diego Catalán e Maria Soledad de Andres, Madrid, Gredos, 1975.

³ Sobre o protagonismo dos Senhores de Portel na tradução do texto árabe para português, v. António REI, "O Livro de Rasis e a memória senhorial da Casa dos Aboim-Portel", *Rev. Callipole* 13 (2005), Câmara Municipal de Vila Viçosa, pp. 17-29.

realmente de um clérigo, sendo mesmo o possível capelão daquele magnate. Ou, se, pelo contrário, as novas informações encontradas nos permitem propor um quadro descritivo diferente do que assenta nas leituras do humanista eborense.

Sabemos que, apesar de pouco conhecido, acabou por vir a ter um papel de singular importância na cronística baixo-medieval dos Reinos de Portugal e de Leão e Castela, pois certas partes do *Livro de Rasis* acabaram por vir a fazer parte integrante da herança cultural medieval hispânica, mormente na imagem da Península e na sua descrição até aos alvares dos tempos Modernos⁴, senão até ao despontar das Luzes⁵.

II. O *Livro de Rasis* e as suas problemáticas

Vejam os previamente e de forma sumária o que se conhece sobre a obra em si mesma.

O *Livro de Rasis* foi o produto da tradução do árabe para o português de um texto de tipo cronístico, cujas origens textuais remontam ao século X, à Córdoba califal e aos dois al-Razi, pai e filho, respectivamente Ahmad e 'Isá, ambos cronistas dos Califas 'Abd al-Rahmân III, al-Hakam II e Hishâm II⁶.

Aquela tradução de árabe para português foi, tradicionalmente, atribuída a uma iniciativa do rei D. Dinis⁷, que dessa forma parecia surgir como

⁴ «II. 8. 6. 3. A 'Hispânia' de Filipe II - Enquanto organizador da Espanha moderna, Filipe II encarregou Ambrósio de Morales de obter e lhe fornecer uma informação integral acerca dos seus reinos. O interesse que este letrado teve pelo texto da '*Historia del Moro Rasis*', a ponto de ter copiado parte daquela obra (ou de ter feito a sua cópia a partir de um testemunho já falho de alguma informação), leva-nos a pensar que se tenha servido daquela obra, do seu apartado geográfico, como fonte para a descrição da parte central e sul da Península, uma vez que já aí se encontrava descrita. O facto de se ter deslocado ao Norte peninsular terá servido, além de procurar relíquias, também para procurar manuscritos e para se documentar de forma a poder completar as informações relativas a todo o conjunto dos reinos, uma vez que a descrição de origem árabe não cobre aquelas paragens». in A. REI, *Louvor da Hispânia...*, p. 231.

⁵ V. "II.7.5. A tentativa de recuperação erudita no séc. XVII do texto da chamada *Crónica do Mouro Rasis*", in A. REI, *Louvor da Hispânia...*, pp. 190-193.

⁶ "II. 5. 1. A Cronística Califal" in A. REI, *Louvor da Hispânia...*, especialmente pp. 119-127.

⁷ Títulos como o que surge no ms. LV, "*Discripcion de España conla entrada // enella delos Romanos y Godos y Mo // ros, Escripta en Arauigo por Rassis Mo // ro que escrivio elaño de christo 9)2 // traducido de Arauigo enPortugues por // Gil Perez Clérigo por mandado de Don // Deonis Rey de Portugal y despues // de Portugues en Castellano por dos tra // duciones*"; ou o do ms. Cop: "*Historia y descripcion de España com entrada en ella de romanos, godos y moros, escrita en arabigo por Rassis Moro en el año del Señor de 9)9, traducida en latin y en portugues por mando del rey Don Dionis de Portugal, año de 1318 y en castellano por el Maestro Mahomat natural de Cordoua año de 1342*", aparecem como fruto de conclusões erróneas dos eruditos espanhóis do século XVII, em grande parte mercê dos excertos do LR traduzidos para latim por André de Resende no século XVI, ajudaram a veicular a ideia de que a tradução do texto árabe teria sido ordenada pelo rei D. Dinis, e até especificando metodologias de tradução. Ainda recentemente, e mercê da utilização da edição pluritextual espanhola de Diego Catalán e Maria Soledad de Andres, se continuou a repetir entre os investigadores portugueses, que aquela tradução se devia a D. Dinis: Joaquim LAVAJO, "*A Crónica do Mouro Rasis e a Historiografia Portuguesa Medieval*", *Estudos Orientais II - O Legado Cultural de Judeuse Mouros*, Lisboa, Instituto Oriental / UNL, 1991, p.127-154, passim; e Teresa AMADO, "*Crónica do Mouro Rasis*", in *Dicionário da Literatura Medieval Portuguesa e Galega*, Lisboa, Caminho, 1993, pp.188-189. Sobre questões envolvendo aquelas titulações, v. A. REI, *O Louvor da Hispânia...*, pp. 317-319: «b) O patrocínio "dionosino" da tradução» e «c) a questão da "duas traduções"».

um émulo de seu avô Afonso X, o Sábio, enquanto mecenas da cultura e como impulsionadores da transferência cultural e científica que se operou através das traduções de obras em língua árabe para as línguas romances peninsulares.

A tradução em causa, foi recentemente apresentada numa nova contextualização daquele mesmo processo, e em que a mesma já não aparece relacionada aos círculos dos homens de letras da órbita régia, mas antes como um produto dos meios letrados ligados à corte Senhorial dos Aboim-Portel.

A tradução da obra árabe destinar-se-ia, entre outras coisas, e como um dos seus principais motivos, à perpetuação da memória dos Senhores de Aboim-Portel, uma casa de recente data e em muito devendo à sua total fidelidade a Afonso III e às respectivas recompensas régias.

Pretenderam assim vincular essa memória ao texto traduzido, e ao momento alto do seu próprio protagonismo político de âmbito internacional, e que foi o período em que exerceram a função de “tenentes do Algarve”, e a qual fez deles, por um curto mas significativo lapso de quatro anos, de 1263 a 1267, os primeiros senhores cristãos do Algarve, precisamente durante o conflito que opôs Afonso III de Portugal a Afonso X de Leão e Castela, pela posse definitiva do mesmo Algarve.

Vários indícios textuais da Crónica, no seu apartado geográfico, e mais especificamente nas descrições das regiões onde os Aboim-Portel detinham maiores bens fundiários e outros, nos apontam para esse labor de fixação da memória daqueles Senhores no próprio texto recém traduzido⁸.

Voltando aos primórdios do texto árabe: apesar das suas origens textuais remontarem às Chancelarias da Córdova califal, o texto que chegou às mãos dos tradutores dos finais do século XIII e inícios do XIV era já uma versão refundida, onde, para além daqueles textos razianos, tinha sido utilizada também a obra do geógrafo hispano-árabe al-Bakrî, letrado do século XI⁹.

Essa refundição deu-se nos primórdios do poder almóada na Hispânia, no início da segunda metade do século XII, pela mão, do também hispano-árabe, Muhammad ibn Ghâlib, letrado e alto funcionário do aparelho de estado almóada¹⁰.

O texto traduzido para português, e apesar de, como dissemos, já não depender exclusivamente das obras dos dois cronistas da família al-Razi, foi identificado como *Livro de Rasis*. Esta identificação, que o marcou para sempre, associada quer a *Livro* quer a *Crónica*, terá surgido pelo facto de o

⁸ Sobre questões relacionadas com o processo de tradução bem como com a procura de uma vinculação da memória daqueles Senhores quer à obra quer ao Algarve, v. António REI, *Memória de Espaços e Espaços de Memória. De Al-Razi a D. Pedro de Barcelos*, Lisboa, Colibri, 2008; e IDEM, “O Livro de Rasis e a memória senhorial da Casa dos Aboim-Portel”, *Rev. Callipole* 13 (2005), Câmara Municipal de Vila Viçosa, pp. 17-29.

⁹ A. REI, *Memória de Espaços...*; em especial pp. 129-135.

¹⁰ IDEM, *ibidem*. Sobre Muhammad ibn Ghâlib, o letrado e o alto funcionário, no que até agora foi possível reunir sobre a sua vida e a sua obra, v. A. REI, “Ibn Ghâlib, vida e obra. Notas identificativas”, *Arqueologia Medieval* 10 (2008), Mértola/Porto, CAM/Afrontamento, pp. 41-49.

manuscrito árabe encontrado, muito possivelmente no Algarve e talvez em Silves, ser, muito possivelmente, acéfalo, ou seja, já não teria o seu primeiro ou primeiros fólhos onde constaria a identificação da obra e do seu autor. Assim, uma citação do nome de Ahmad al-Razi no início do texto encontrado, acabou fazendo recair neste nome, importante e de autoridade inquestionável, a autoria da obra¹¹.

Mais tarde, já por volta de 1430, a utilização por Pedro de Corral de uma cópia da tradução castelhana do mesmo Livro como fonte para a elaboração da *Crónica Sarracina*¹² é que acabou por transpor para aquela tradução a designação de *Crónica* dando origem à designação de *Crónica do Mouro Rasis*, a qual acabou por se popularizar e hoje identifica a obra em causa.

Não me vou alongar sobre a obra e sobre os percursos da mesma já nas crónicas hispânicas dos finais da Idade Média e mesmo no período moderno e até contemporâneo, pois o objecto de estudo neste caso é mesmo o redactor da obra em português, a montante daqueles mesmos percursos textuais¹³.

III. O Redactor – ponto de situação

Tudo o que se conhece, e que não é muito, sobre a personagem em questão, remonta ao que o humanista eborense André de Resende nos deixou, e que é: “& screueo ho com elle hũo Gil Pirez capellão de Pedreanes de Portel”¹⁴.

André de Resende teve contacto directo com o texto traduzido havia cerca de dois séculos e meio antes para o idioma português¹⁵ e dele fez aquela leitura.

Só mais tarde retroverteu excertos da obra para latim¹⁶, alguns dos quais enviou a outros humanistas estrangeiros, e onde a passagem em causa surgiu com a seguinte forma: “*Et scribebat mecum Aegidius Petri, clericus Domini Petri Joannidae Portellensis*”¹⁷.

¹¹ A. REI, *Memória de Espaços...*, pp. 132-133.

¹² Sobre este ponto, v. CATALÁN e ANDRES, *CMR*, pp. XV-XVI.

¹³ Sobre estas questões textuais envolvendo o Livro de Rasis e as obras e respectivos testemunhos que posteriormente a usaram como fonte, v. A. REI, *O Louvor da Hispânia...*, pp. 299-321; e IDEM, “O Ms. LV e as suas problemáticas cronológicas e textuais. Edição crítica e estudo”, *Arqueólogo Português* (150 anos do nascimento de José Leite de Vasconcelos [1858-2008]), no prelo.

¹⁴ *Apud* CATALÁN e ANDRES, *CMR*, p. 3, n. 1-3.

¹⁵ Carolina MICHAELIS, “André de Resende e a *CMR*”, *AP XXIV* (1920), p. 186; e *C1344*, ed. CINTRA, vol.I, p.CCLXXVIII, CCCXXI-CCCXXII, CCCLV, DXIX-DXX.

¹⁶ Estas traduções latinas de André de Resende terão acabado, como já atrás referido, por induzir os letrados espanhóis do século XVII a pensar que a obra tinha sido traduzida para latim e para português num mesmo processo de tradução, como tinha sido o método nas escolas de tradução da primeira metade do século XIII, e que Afonso X acabou alterando, ao abandonar de todo as traduções para latim (v. MENÉNDEZ PIDAL, Gonzalo, “Cómo trabajaron las Escuelas Alfonsíes”, *Nueva Revista de Filología Hispánica*, Ano V, nº 4 (1951), p.363-80). O método em causa, a ser usado em Portugal durante o reinado de D. Dinis (1279-1325) seria uma manifestação cultural já arcaizante não só porque deixara mesmo de ser usado em Castela, mas também porque pouco consonante com a própria decisão régia de abandono do latim na documentação oficial do Reino de Portugal.

¹⁷ *Apud* CATALÁN e ANDRES, *CMR*, p. 3.

A partir daquela leitura em que “hũo Gil Pires” aparece identificado como “capellão”, parece ter-se começado a dar uma certa deriva semântica.

Como se vê na passagem latina supra já o próprio Resende lhe chamou “clericus”, expressão mais vaga, e que teve tendência em se generalizar. Muito mais recentemente, e mercê da proximidade que existiu entre a Casa de Aboim-Portel e a Ordem do Hospital, mais exactamente entre João Peres de Aboim, Senhor de Portel, e Afonso Peres Farinha, Mestre dos Hospitalários, surgiu uma outra hipótese.

A de que aquele ‘clérigo’ poderia ter sido, afinal, um freire hospitalário¹⁸, e de que a tradução em causa se teria dado em Vera Cruz de Marmelar, no Convento que o mesmo João Peres doara à Ordem do Hospital.

É possível que os primórdios da tradução tenham realmente ocorrido em Vera Cruz, tanto mais que parece consistente a possibilidade de que o Mestre Afonso Peres Farinha fosse um razoável, senão mesmo bom, conhecedor do idioma árabe¹⁹. Os primeiros trabalhos de tradução poderão ter ocorrido enquanto Mestre Afonso Peres Farinha foi vivo, até a ano de 1281, ou, na melhor das hipóteses, até falecer João Peres de Aboim, em 1285 e que naquele Convento estabeleceu o seu panteão familiar²⁰.

Com seu filho Pêro Eanes as coisas passaram-se de forma diferente, começando porque apesar de usar o nome “de Portel”, o senhorio de Portel não tocou entre os bens herdados de seu pai, pois Portel acabou por tocar a sua irmã D. Maria Eanes.

Pêro Eanes veio ainda assim repousar junto dos seus, em Vera Cruz, apesar de ter residido maioritariamente em Santarém.

E mesmo Portel e o seu senhorio foram adquiridos por D. Dinis a D. Maria Eanes ou de Aboim, em 6 de Janeiro de 1301²¹.

Assim, desde aquela data apenas restava, na zona de Portel, aos membros desta família, o seu local de inumação em Vera Cruz de Marmelar.

IV. O Redactor – novos elementos e leituras

A hipótese que mais consistente se nos apresentou, enquanto possibilidade exploratória, foi a de se “Gil Peres” será mesmo um nome, ou se será o produto da leitura de algum conjunto onomástico passível de conter alguma ou algumas abreviaturas.

¹⁸ Embora não se conheça que tal hipótese tivesse sido passada a escrito, tal possibilidade de trabalho era especialmente interessante para o Professor Doutor Luís Krus, meu Professor, Mestre e Amigo.

¹⁹ A. REI, *Memória de Espaços...*, pp. 77-78.

²⁰ João Peres de Aboim terá falecido em 15 de Março de 1285. (v. Anselmo Braancamp FREIRE, “Notícia Histórica”, Livro dos Bens de D. João de Portel (LBDJP), Lisboa/Portel, Colibri/CMPortel, 2003, p. XXII).

²¹ A.B. FREIRE, *ibidem*, pp. XXVII-XXVIII.

Vamos ver um caso em que aconteceu um facto que consideramos de teor semelhante.

Encontrámos, sem qualquer articulação prévia com este trabalho, num estudo do investigador espanhol Manuel Garcia Fernández, uma referência ao auxílio militar que D. Dinis enviou ao rei castelhano que estava cercando Algeciras, que remete para a *Crónica de D. Dinis*, de Rui de Pina²².

O que nos despertou a atenção foi a forma como ali aparece grafado o nome do comandante daquelas forças, o segundo Conde de Barcelos e Alferes-mor, Martim Gil de Riba de Vizela.

Confirmámos a origem daquela citação, tendo-nos deparado com uma edição conjunta da *Crónica*, onde constam o Códice nº 891 da Biblioteca Municipal do Porto e a versão actualizada da Edição Ferreiriana de 1726²³.

No texto do cód. aparece ‘...comde dō martim gil de souza alferes moõr...’²⁴; mas quando da versão actualizada, ou da Edição de 1726, foi ‘Gil’ desdobrado, como se de uma abreviatura se tratasse ‘...o Conde D. Martim Gonçalves de Sousa, seu alferes-mor...’²⁵. Foi este último texto que Garcia Fernández usou, designando o Conde de Barcelos como ‘don Martín González’²⁶.

Ter-se-á passado o contrário no relativo ao redactor do Livro de Rasis, sendo uma abreviatura entendida como se de um nome se tratasse?

Vejamos algumas hipóteses.

Começaremos por uma referência indirecta, que entendemos, num assunto de tão poucos dados, ser, apesar de tudo, de evocar.

Encontrámos no estudo, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, que a autora, Leontina Ventura, ao falar nos vassallos de Pero Eanes de Portel, menciona entre eles um clérigo de seu nome Gonçalo Peres. Aquela referência surge em documentação relativa ao Mosteiro de Arouca, e está datada de 1287²⁷.

O documento reporta-se ao ano em que foram feitas as partilhas entre os filhos de João Peres de Aboim²⁸, e o clérigo em causa aparece designado como vassallo de Pêro Eanes.

Não constando mais qualquer referência a tal indivíduo, nem à sua presença maiormente em Santarém, nem à proximidade pessoal a Pêro Eanes, durante a vida deste, e ainda muito menos de que tivesse tido o cargo de ‘capelão’, cargo identificativo que surge na versão de Resende, descartamos

²² Manuel GARCIA FERNÁNDEZ, “Las Relaciones Internacionales de Alfonso IV de Portugal y Alfonso XI de Castilla en Andalucía...”, *II JLEHM*, vol. I, p. 203, n. 2.

²³ Rui de PINA, *Crónica de D. Dinis*, Porto, Civilização, 1945.

²⁴ Idem, p. 75. ‘Martim Gil de Sousa’ é outro nome por que era conhecido ‘Martim Gil de Riba de Vizela’, segundo conde de Barcelos (cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 4, p. 219).

²⁵ Idem, p. 235-6.

²⁶ Manuel GARCIA FERNÁNDEZ, “Las Relaciones Internacionales...”, p. 203

²⁷ Leontina VENTURA, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, volume II, p. 574 e n.2.

²⁸ A.B.FREIRE, ob. cit., pp. XXIV-XXV.

a possibilidade de que tivesse sido ele o redactor final do *Livro de Rasis*, apesar da semelhança da onomástica e da possibilidade de que tivesse acontecido a leitura de uma abreviatura problemática de ‘Gonçalo’ como tratando-se do nome ‘Gil’.

Consultando também o *Livro dos Bens de D. João de Portel* constatámos que surge várias vezes mencionado um personagem que parece, pela recorrência, ser um próximo de Pêro Eanes de Portel. De seu nome Geraldo Peres, tinha por ofício tabelião, e tinha a sua banca e residência em Santarém, e o mesmo testemunhou, e eventualmente terá redigido, vários documentos emanados da corte senhorial do mesmo Pêro Eanes.

Vejamos, será que uma possível abreviatura de Geraldo constante no texto do *Livro de Rasis* poderá ter sido entendida por André de Resende como tratando-se de “Gil”? Será ainda também que uma pouco clara grafia gótica de tabelião poderá ter originado a leitura capelão? Um manuscrito que tivesse sofrido uma significativa acção da humidade, ao apresentar o texto mais ou menos difuso em certas partes, poderia originar leituras daquele género.

Clérigo ou leigo, temos diante de nós dois perfis de homens letrados medievais, pelo que, à partida, qualquer deles poderia ter sido o redactor do *Livro de Rasis*; embora cada um representando uma tipologia e uma mentalidade distinta, enquanto homens de letras.

Mas se atendermos à especial preferência de Pêro Eanes por Santarém, onde Geraldo Peres também residia e trabalhava, e ao facto de a última versão do *Livro de Rasis* ter sido terminada pouco tempo antes do falecimento do mesmo Pêro Eanes²⁹, já falecido seguramente em 1315³⁰, teremos como cenário possível daquela redacção definitiva do *Livro de Rasis*, claramente mais Santarém, do que as planícies alentejanas de Vera Cruz de Marmelar.

A este conjunto de dados junta-se ainda o facto de a redacção final, que seguiria as minutas das leituras prévias do texto árabe, ter sido feita directamente em português, e de, a despeito dos equívocos do século XVII, não se conhecer qualquer tradução latina da obra, para além dos excertos tardios de André de Resende, que estiveram na origem dos mesmos equívocos.

O abandono do latim e a assumpção das línguas vernáculas, neste caso o português, era, então, uma marca de modernidade.

Teremos assim e contrariamente ao que se passara com João Peres, o qual, pelo menos na fase final da vida, após a morte do seu protector Afonso III,

²⁹ Esta teria sido a data de conclusão da redacção final do Livro de Rasis, de acordo ao Conde da Ericeira, quando fez a apresentação na *Academia Real da História Portuguesa*, em 1724, do códice nº 146 da livraria dos Condes do Vimieiro, que antes pertencera a Resende e a Severim de Faria. (cf. Carolina MICHAELIS, “André de Resende e a CMR”, p.186); v. também A.REI, *Memória de Espaços...*, p. 22.

³⁰ *Crónica Geral de Espanha de 1344*, ed. L.F. Lindley CINTRA, III vols. Lisboa, Academia portuguesa de História, 1951 ss., vol.I, p. CXLIII; e *CMR*, ed. CATALÁN e ANDRES, p. XIII.

se retirou para as suas terras de Portel, num meio rural, Pêro Eanes, o segundo Senhor de Portel optou por residir num meio urbano, e desta forma criou as condições para que na tarefa literária de redacção final do *Livro de Rasis* emergisse um novo tipo de letrado, já não clérigo e ligado ao mundo rural, eventualmente alentejano de Marmelar, mas um leigo assumidamente comprometido com o mundo urbano, como seria o caso de do tabelião Geraldo Peres, pessoa próxima e de confiança de Pêro Eanes de Portel.

Atendendo a tudo o que ficou atrás, a redacção que propomos para a frase

“& screueo ho com elle hûo Gil Pirez capellão de Pedreanes de Portel”,
será portanto:

“& screueo ho com elle hûo Gil^o (Giraldo) Pirez tabellião de Pedreanes de Portel”.